



A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/088/2023/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 22 de maio de 2023

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

REQUERIMENTO

GOVERNO REGIONAL ESCONDE O PROGRAMA OPERACIONAL AÇORES 2030 DOS AÇORIANOS

Como é do conhecimento público o Portugal 2030 foi aprovado no passado mês de dezembro de 2022, com os respetivos 12 programas, entre os quais o Açores 2030 (<https://portugal2030.pt/2022/12/15/aprovados-programas-do-portugal-2030/>)

Tratou-se do culminar do processo iniciado no segundo semestre de 2021, após a publicação dos regulamentos europeus, com a negociação do Acordo de Parceria Portugal 2030, que veio a ser aprovado no passado mês de julho e onde estão definidas as grandes opções políticas para a utilização dos fundos europeus até 2029.

A importância dessa aprovação foi muito relevante para os Açores uma vez que era decisiva para colocar em marcha o Programa Açores 2030 que, como é sabido, tem um total de cerca de 1,1 mil milhões de euros financiados pelo FEDER e FSE+ à disposição da Região.

E essa aprovação mais decisiva se tornou uma vez que, também como é sabido, e bastas vezes foi chamada a atenção pelo PS/Açores e por outras entidades representativas, o Governo Regional dos Açores do PSD/CDS-PP/PPM, apoiado pelo CH e pelo IL, decidiu, conscientemente, não preparar uma fórmula de transição entre quadros que apoiasse as empresas e as entidades privadas neste período.

Acontece que, quando se esperava que o processo acelerasse decisivamente na Região, os Açores apresentam-se, também aqui, atrasados na implementação do PO2030, precisamente num contexto em que mais seriam precisos esses fundos para o nosso desenvolvimento e crescimento.

Ou seja, ao contrário das demais regiões do país (<https://portugal2030.pt/aviso/>) que, por exemplo, a 31 de março, já publicitavam avisos, ou que, no passado dia 3 de maio, lançavam os avisos para apoio à inovação produtiva de micro, pequenas e médias empresas (PME) do continente (regiões Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve) (<https://portugal2030.pt/2023/05/03/lancados-primeiros-avisos-dos-sistemas-de-incentivos-do-portugal-2030-400-me-para-projetos-inovadores-de-pme/>), os Açores nem regulamentos aprovados e publicados têm e, por isso, nem avisos para investimento conseguem publicar.

E isto é tanto mais grave porque, é bom recordar, esta dinâmica de aceleração da execução do programa operacional é fundamental para aproveitar a conjugação com os fundos europeus disponíveis através do Plano de Recuperação e Resiliência e com os fundos ainda disponíveis do final do programa 2020.

Ora como é do conhecimento de todos, o próprio PRR sofre de deficit de execução, seja por incompetência ou impreparação, como no inqualificável caso das agendas mobilizadoras, do hospital digital ou do Martech.

Acontece que a situação nos Açores é de tal modo grave que, não só o programa não começou a sua execução com a devida publicação de avisos, como os Açorianos, empresários e empresas, promotores individuais e entidades coletivas, não conhecem sequer o seu conteúdo e as fórmulas previstas para dar melhor execução às respetivas intenções de investimento, de iniciativa ou de investigação.

Acrescem a estes factos indesmentíveis outros, reveladores da incapacidade do Governo Regional em fomentar o investimento público e privado na Região. Os mais recentes dados da execução do PO2020 revelam que, ao contrário do que sempre foi conseguido e elogiado pelas instituições europeias, os Açores são, neste momento, apenas a terceira região do país na execução desse programa, com sério risco de perder fundos que podiam e deviam estar ao serviço da criação de riqueza e de empregos para as açorianas e açorianos.



Ou seja, o Governo Regional do PSD/CDS-PP/PPM, apoiado pelo CH e pelo IL, é lento e pouco transparente no Açores 2030, tropeça no PRR e arrasta os pés no que resta do Açores 2020. Ou seja, os Açores estão a ficar para trás em matérias onde sempre estiveram à frente.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PS/Açores, através dos deputados abaixo signatários, requer ao Governo Regional a seguinte informação:

Solicita-se cópia da versão final do Açores 2030, aprovada no âmbito do Portugal 2030, em dezembro de 2022.

Horta, 22 de maio de 2023

Os Deputados

Andreia Costa

Sandra Dias Faria

Carlos Silva